



J. Rosa Nunes
Prof. Doutor

Entrevista Fofinha...

Precisamos de ter nos Açores governantes, políticos e demais dirigentes que assumam a coragem de reconhecer a situação difícil – diria mesmo difficilissima, quando perspetivando o futuro insular principalmente para os nossos vindouros – em que nos encontramos. A constatação de tal terá de ser feita com a máxima urgência, com a maior clareza possível, identificando os problemas na sua totalidade e de que modo estes se interligam ou resultam uns dos outros, criando soluções preferencialmente fundamentadas e integradas de urgente aplicabilidade.

Só a clareza assumida pelos responsáveis regionais a todos os níveis, permitirá ultrapassar a degradada situação económica, financeira, política, demográfica e familiar/pessoal em que vivemos atualmente nos Açores. O futuro, principalmente da nossa juventude, resultará das ações de contenção e correção a prevalecer sobre o total desgoverno que marcou(a), com a atuação de Bolieiro e “amiguinhos”, a vida de todos nós.

Permito-me transcrever uma parte do pensamento de Eckhart Tolle, em “Um Novo Mundo”, na medida em que estou certo que podemos identificar situações conhecidas e/ou vividas enquanto residentes nos Açores. Segundo o autor “o ego pode ser esperto, mas não é inteligente”. São numerosos os “egos” facilísimos de identificar na vida pública regional, sendo que a “esperteza persegue os seus próprios objetivos mesquinhos”. É a comumente denominada, em Portugal, de “esperteza salaio”, em que vale tudo em favor próprio!

Só a inteligência enquanto privilégio de alguns, a qual infelizmente e comprovadamente não é característica da maioria dos responsáveis políticos e decisores regionais, consegue ver o “todo maior, no qual todas as coisas estão ligadas”. Ou seja, identifico aqui a perspetiva arquipelágica da nossa vivência. Atualmente o “total” não é a soma das partes, pois Bolieiro e seu vice-rei, com as políticas que implementaram conseguiram criar um clima de “rivalidade” entre as ilhas.

Facilmente afirmo, com convicção, que a esperteza é apanágio da maioria dos nossos políticos, governantes ou gestores públicos (como exemplo recente temos o caso do presidente da Lotação, em que após um pedido de demissão “irrevogável” se lembrou de ser “readmitido(?)”...), sendo a mesma motivada por “interesses próprios” (caso referido) identificado como de “vistas curtas”.

Por seu turno a inteligência, infelizmente e como referi, não sendo característica frequente tem peso insignificante nos raciocínios e decisões dos responsáveis regionais. Na sua grande maioria não admitem tal, conseguindo com a “esperteza” ou com o denominado “nacional desenrascanço” disfarçar a lacuna causada pela ausência de inteligência, tentando tapar o “sol com a peneira”.

Através de Tolle consegue-se identificar indiretamente muitas das situações de relacionamento entre os “nossos” responsáveis regionais ou destes com a população em geral, ao assumir que “tudo o que é atingido através da esperteza tem uma duração muito limitada e acaba por ser sempre contraproducente”, sendo afirmativo quando refere que a “esperteza divide, enquanto a inteligência une”. Considere-se o mau estar criado a nível do governo bolieiro, com a “saída” extemporânea do presidente em relação à coligação que o suporta no futuro.

Por seu turno o tempo é um fator que em vez de melhorar a atuação destes governantes/políticos, faz com que, numa espécie de “cansaço político” que os leva à apatia, consigam piorar a sua atuação sem rentabilizarem alguma, embora pouca, experiência positiva possível de ter adquirido do passado. No caso do governo regional após um período de legislatura que admitamos, não sendo boa foi “bem melhor que a atual”, estamos em plena situação de descontrolo exibicionista, em risco de catástrofe, em que Bolieiro de tão perdido nem mesmo consegue autoavaliar-se como presidente ou a si mesmo.

Por ser importante tive o cuidado de ouvir/gravar a entrevista que o presidente da Sata, um dos responsáveis regionais, concedeu. Se uma coisa consegui foi ser um mero “repetidor” de si próprio e de tudo aquilo que amiúde foram notícias na comunicação social sobre a empresa pública, ao longo dos anos, principalmente nos últimos quatro. Confirmou não ter muito a dizer e menos como novidade no embaraço

processo de privatização/venda livre da empresa. Para isso bastaria ler um resumo do que foi escrito sobre a Sata.

O entrevistador deu-lhe a oportunidade de não ser sujeito a “algumas perguntas” menos “agradáveis”, que mereciam esclarecimento, tendo ele aproveitado para “cortar” nalgumas questões (utilizando o “deixe-me só...”) respondendo aquilo que era fácil, tratando-se de repetições de repetições. Afirmou várias vezes não querer falar do passado, mas integrou o conselho de administração, segundo me pareceu, desde 2022.

Enfim tratou-se de uma entrevista “fofinha”, como convinha, sem a dinâmica que a situação da empresa exige, quando tratado entre um presidente e um entrevistador, não beneficiando os telespetadores no que respeita a esclarecimentos adicionais adequados e respeitando a outros aspetos importantes da gestão da empresa.

Extra o estafadíssimo assunto da privatização/venda direta (estamos nisto há oito anos), por exemplo teria pretendido saber do “êxito” do voo Angra-Funchal e a razão para que alguns deles sejam por Ponta Delgada, chegando a levar mais de dez horas de viagem e a custos elevados (escrevi sobre o assunto, sem resposta); porque não resolvem o problema existente há anos do pessoal de voo em Lisboa, com os enormes custos associados (escrevi sobre isto, sem resposta); porque razão quando se pretende fazer uma reserva online, como residente, o site não o permite em certos casos, adiantando “não haver disponibilidade”, mas se de seguida o fizer como não residente confirma haver lugares disponíveis a preços altíssimos (existe limite de lugares para os residentes? Por voo ou ao dia?); qual o motivo de no fim de semana, por exemplo, ao tentar fazer uma reserva online no estrangeiro, nem acesso se consegue; qual a razão do sistema estar “invariavelmente em baixo”, porque as manutenções são feitas no período normal de trabalho (deixando clientes e funcionária(o)s da RIAC desesperados); como existem tantos açorianos que perdem os reembolsos porque o sistema falha ou porque alguém que compra uma viagem num só sentido, passando noventa no estrangeiro, perde o direito ao reembolso que solicita quando regressa?

Ou porque considerar que a razão para os altos custos das passagens, como foi sugerido pelo administrador, é a sobretaxa de combustível, embora a situação seja idêntica, por exemplo, para as lowcost? Quais serão as repercussões no fim deste ano económico das variações do custo no jetfuel? Haverá mais avales a conceder pelo governo regional para “equilibrar” a tesouraria e pagar-se o subsídio de Natal, favorecendo o futuro do próximo “dono”? Recuperado um dos aviões que esteve avariado durante anos, num aeroporto estrangeiro, quais o custo total desta situação e o que foi feito em relação a uma segunda aeronave que nem motores tem? (assunto sobre o qual escrevi, sem resposta...), etc..

Novidades(?) que o não são: no meio das dívidas – financeiras e fornecedores – a assumir por todos NÓS, teremos de somar responsabilidades perante futuras reformas (mais 14 milhões de euros) e algum “dinheirito”, em milhões, para tesouraria. Conseguimos confirmar que existe um valor entre 120 e 150 milhões de euros (como não se sabe um valor certo?) que está por receber pela Sata, o qual era obrigação da República e cuja responsabilidade passou para o governo regional, referente ao contrato de obrigação de serviço público assinado em 2015 (ou seja há 10 anos) e que renitentemente não “quer entrar” na contabilidade da empresa pública.

Admito que o período de uma década abrange a má atuação do governo socialista. Mas será que Bolieiro, como é usual fazer, não conseguiu discutir este assunto e “reivindicar os direitos dos Açores” enquanto parte integrante do todo nacional? Não acredito que o tenha tentado!

Este é mais um assunto a juntar ao conjunto de outros assumidos(?) nas famosas reuniões para “colocar os pontos nos i’s” com Montenegro, a que se pode juntar as efetuadas sobre a lei das finanças regionais ou em outras pedinchices semelhantes, e em cujo regresso o “chapéu estendido delicadamente” acaba por vir vazio. Para não parecer tão mal, “à gentilha açórica”, Montenegro no próximo orçamento de Estado, para 2027, incluirá mais uns “trocos” para que o secretário regional do desgoverno aproveite a gastar (mal), como fez para o corrente ano.